

PARECER CONTROLE INTERNO

TERMO DE APOSTILAMENTO

Em atendimento à determinação contida no §1º, do art. 11, da RESOLUÇÃO Nº. 11.410/TCM de 25 de fevereiro de 2014, este Controle Interno DECLARA, para os devidos fins, junto ao Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, que analisou integralmente os autos do Proc. Administrativo 3.419/2024, referente ao TERCEIRO TERMO DE APOSTILAMENTO DO CONTRATO Nº. 006/2020-SEMCAT, celebrado entre o FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL-FMAS, inscrito no CNPJ/MF sob o nº. 14.711.182/0001-13 e o Sr. WELITO SILVEIRA PINTO, inscrito no CPF sob o nº. 150.056.583-00 e a Sra. Rosa Maria Soares Pinto, inscrita no CPF sob o nº. 269.245.102-30. O objeto do presente termo consiste na alteração das dotações orçamentárias utilizadas na celebração do 3º Termo Aditivo ao Contrato de nº 006/2020-SEMCAT, cujo objeto é a LOCAÇÃO PARA FINS NÃO RESIDENCIAIS DO IMÓVEL SITUADO NO CONJUNTO COHAB, CIDADE NOVA VII, NA TRAVESSA WE 72, Nº201, BAIRRO: COQUEIRO, ANANINDEUA - PA, PARA O FUNCIONAMENTO DO CONSELHO TUTELAR II. Diante do exposto, o instrumento encontra-se validado pelo Parecer Jurídico nº. 007/2024-SEMCAT/PMA e Parecer Jurídico nº. 485/2024-PROGE/PMA.

ÓRGÃO: 10 - SECRETARIA MUNICIPAL DE AÇÃO SOCIAL

UNIDADE: 01 - SECRETARIA MUNICIPAL DE AÇÃO SOCIAL

FUNCIONAL PROGRAMÁTICA: 0812200152370 – Apoio as Ações Administrativas

NATUREZA DA DESPESA: 339092 – Despesas de Exercícios Anteriores

SUB-ELEMENTO: 3390923600 – Outros Serviços de Terceiro – PF

FONTE DO RECURSO: 15000000 – Recursos Não Vinculados de Impostos

Por fim, com base nas regras insculpidas pela Lei n.º 8.666/93 e demais instrumentos legais correlatos, declaro, ainda, que o referido processo encontra-se:

(X) Revestido de todas as formalidades legais, nas fases de habilitação, julgamento, publicidade e contratação, estando apto a gerar despesas para a municipalidade;

Salvo melhor juízo, este Controle Interno entende que o processo supramencionado encontra-se em ordem, podendo a administração pública dar sequência a realização e execução das referidas despesas e, por fim, DECLARA estar ciente de que as informações aqui prestadas estão sujeitas à comprovação por todos os meios legais admitidos, sob pena de

PREFEITURA MUNICIPAL DE ANANINDEUA
CONTROLADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

crime de responsabilidade e comunicação ao Ministério Público Estadual, para as providências de alçada.

Ananindeua/PA, 26 de fevereiro de 2024.